

Números do ICMS desmentem Cruesp. Negociação, já!

Cruesp cancela reunião de negociações de 16/7, afronta nossa luta por mais recursos para a educação e mostra-se escudeiro do governador Zeroaldo Alekmin

O Cruesp retardou, mas entregou a planilha com o comprometimento salarial das universidades no mês de julho. O argumento de falta de recursos para repor as perdas inflacionárias é indefensável! Veja:

Primeiro o crescimento do ICMS era incerto e não havia recursos para reajuste. Todavia isso agora não se sustenta mais. Em maio/03 a arrecadação atingiu um fundo de poço muito mais profundo do que a queda de produtividade econômica. Mas o gráfico mostra que desde então houve uma progressiva recuperação do valor real do ICMS.

Agora que a arrecadação dos últimos três meses manteve a tendência de crescimento, confirmando nossas previsões, os Reitores querem desviar o foco das atenções. Invocam até mesmo formas inaceitáveis de repressão, como a convocação da PM para dentro do campus, visando manter um insustentável confisco salarial!

A resposta do Cruesp ao Ofício do Fórum das Seis é absurda!

Agora que está absolutamente clara a disponibilidade de recursos para que se defina um reajuste salarial

na data base, ele enreda-se cada vez mais em exigir manifestações do Fórum contra ações do movimento que classifica como violentas. Quanto a garantir que não haverá qualquer tipo de coação, punição ou constrangimento ao livre exercício do direito de greve, nenhuma linha. Ao contrário, o que as Reitorias começam a adotar é a coação policial, com ameaça de corte de salários.

O Cruesp omitiu-se ao longo de toda nossa luta na LDO, por mais verbas para as universidades, Centro Paula Souza e a educação em geral. Mas no seu ofício ataca os manifestantes que demonstraram sua indignação diante do ato lesivo à educação estadual cometido pelos deputados governistas. Eles excluíram todas as emendas que propunham aumento destes recursos para as universidades e para a educação em geral no Estado. Mas que diz o Cruesp diante disso?

“(…) Acreditamos que o Fórum também considere que as imagens veiculadas pela TV no dia 13/07 e pelos jornais no dia seguinte nas quais se viu um grupo de manifestantes invadir aos gritos o plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e ameaçar Deputados,

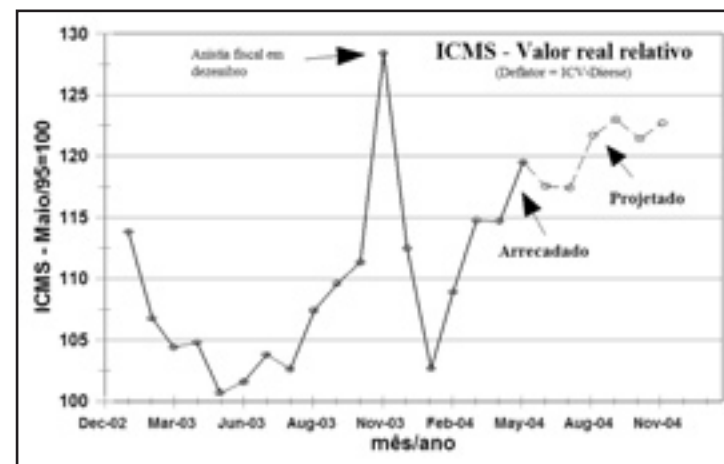
não são representativas do sentimento, da educação e do apreço à democracia que vigoram na comunidade acadêmica das três universidades estaduais paulistas.”

“(…) Acreditamos finalmente que o Fórum consiga retomar o compromisso que há muitos anos tem com a defesa da universidade pública paulista, manifestando seu repúdio a essas ações recentes que tanto vêm prejudicando o ensino superior público no Estado de São Paulo.” (!!!!)

Pois o ato “deseducado” dos manifestantes colocou em rede nacional a indignação daqueles que estavam na Assembleia Legislativa pressionando os “representantes do povo” por mais verbas para a educação. Temos certeza de que não foi o silêncio dos Reitores ao longo destes 50 dias de greve que abriu um grande espaço de discussão na sociedade sobre o financiamento da universidade e da educação em geral.

É bom ter em mente que a postura clássica e histórica dos setores conservadores da sociedade brasileira é tentar tratar os movimentos sociais organizados, fonte de todo avanço democrático obtido na sociedade brasileira, co-

Comprometimento salarial das Universidades no mês de julho/2004 (%)			
Total	Unesp	Unicamp	USP
82,24	83,99	83,89	80,71



mo caso de polícia ...

Por fim, a manifestação final do Cruesp demonstra submissão ou alinhamento ao governo Zeroaldo Alekmin que nos aplicou o confisco previdenciário de 5% e ainda deixou a conta das aposentadorias para ser paga pelas universidades, patrocinou o decreto 48.034 que reduz as receitas vinculadas (universidade, prefeituras etc), amplia a renúncia fiscal e permite a operação de uma enorme máquina de sonegação fiscal no Estado que compromete não apenas a educação, mas todo conjunto dos serviços públicos estratégicos e essenciais

para a população.

Não é admissível que o Cruesp ataque nosso movimento para socorrer um governo cuja aprovação caiu de 58 para 51 pontos em função de suas ações anti-populares neste ano. Pior ainda, que ele negociasse enquanto podia alegar insegurança quanto ao crescimento do ICMS e agora que a disponibilidade de recursos está clara, demonstre alinhamento com a política do governador Zeroaldo Alekmin de fazer caixa com o confisco de reajustes salariais.

Basta de manobras diversionistas. Negociações efeti-

Assembleia da AduSP

2ª-feira, dia 19/7, às 14h no Anfiteatro da Geografia

A LDO e a nossa luta na Assembléia Legislativa

Fotos: Daniel Garcia

Desde o início da nossa greve, ficou claro que um dos eixos de intervenção deveria ser a tentativa de fazer a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) contemplar mais recursos para a educação. Assim, solicitamos, em tempo hábil, aos deputados de todos os partidos, que fizessem emendas ao projeto de lei 3305/04 (a LDO apresentada pelo governo Alekmin) contemplando:

- 1) 11,6% do ICMS para as universidades,
- 2) 2,1% do ICMS para o Centro Estadual de Ensino Tecnológico Paula Souza (Ceeteps),
- 3) 36% da receita tributária do Estado para a educação em todos os níveis,
- 4) instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar tanto a corrupção, a sonegação fiscal e a renúncia fiscal no Estado de São Paulo, como os efeitos do Decreto 48.034/03, que isenta de ICMS as aquisições de bens, mercadorias ou serviços por órgãos da administração direta do Estado, suas fundações e autarquias.

Apenas as duas primeiras reivindicações foram transformadas em emendas (cerca de 11) por deputados de diversos partidos, mas estas não foram incorporadas ao parecer do relator da LDO na Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa, deputado Roberto Engler (PSDB), o qual recebeu e acatou ordem do governador Zeroaldo Alekmin para não aceitar emendas.

Emenda aglutinativa

Diante deste fato, passamos a trabalhar com a idéia de uma *emenda aglutinativa*, que só teria chance de sucesso se houvesse um processo de negociação entre as lideranças partidárias — o



chamado colégio de líderes. Tal alternativa, contudo, mostrou-se inviável na medida em que o líder do governo na casa, deputado Vanderlei Macris (PSDB), rejeitou qualquer alteração na LDO.

Cabe lembrar que, na atual correlação de forças na Assembléia Legislativa, a base governista é composta por 63 deputados, de um total de 94, o que constitui 2/3 dos votos, suficientes para aprovar com folga qualquer projeto de interesse do governo. Vale dizer: a Assembléia Legislativa está “blindada” pelo poder executivo, o que é muito preocupante, pois tal condição afronta um dos princípios fundamentais da República, previsto na Constituição Federal (artigo 2º) e na Constituição Estadual (artigo 5º) — a independência dos poderes.

Desde que teve início nossa tentativa de interven-

Passeata de 3/6: início da luta para incluir na LDO de 2005 mais verbas para a educação. Ao lado, o deputado Roberto Engler (PSDB): “Sim, Governador!”

ção na LDO, sabíamos que esta não seria uma tarefa fácil, dada a correlação de forças mencionada, mas era necessário dar a partida num processo que pode vir a dar frutos no médio prazo. Além do que, apesar de pequenas, havia chances de algum ganho.

Disposição de negociar

Ao longo de um mês, percorremos os gabinetes das lideranças dos partidos e os gabinetes de todos os deputados. Mais do que isso, procuramos mapear todas as possibilidades de convencê-los da justiça de nossas propostas, não poupando esforços para encontrá-los



também em suas bases eleitorais e ou em suas residências, muitas delas no interior do Estado. Procuramos também ex-deputados, de variada filiação partidária, para que fizessem gestões junto às lideranças dos partidos no sentido de defenderem nossas propostas.

Em todos os momentos, o

movimento registrou publicamente sua disposição de negociar, enfrentando porém a absoluta intransigência do executivo. É descabida a idéia, repetida à exaustão, de que o Estado de São Paulo não tem condições de investir mais 2% do ICMS nas universidades estaduais e em toda a rede do Ceeteps.

Falacioso também é o discurso do governo de que estes recursos sacrificariam outros serviços públicos essenciais, quando sabemos que a corrupção, a evasão e a sonegação fiscais campeiam soltas no Estado de São Paulo.

Uma pequena parcela da isenção fiscal concedida pelo governo ou da perda de arrecadação ocasionada pelo decreto 48.034/03 já seriam suficientes para contribuir com o desenvolvimento de nossas instituições de ensino, fundamentais para construir a soberania do Brasil.

Outras possibilidades

Não fomos bem sucedidos, não que se refere à tarefa imediata, mas plantamos a semente que pode desenvolver-se em futuro próximo: na Lei Orçamentária (LO), no Plano Estadual de Educação

(PEE), ou mesmo em lei ordinária, que contemple, por exemplo, 9,57% da receita tributária do Estado para as universidades estaduais (sem esquecer dos recursos para o Centro Paula Souza e para a educação como um todo).

Outras possibilidades, não excludentes, são: a revisão da exclusão dos recursos para a Habitação do cálculo dos 9,57%, alguma forma de compensar o confisco de 5% dos nossos salários para fins previdenciários, bem como um debate sério acerca do comprometimento com aposentados, hoje incluídos nos 9,57%.

Além da sensação do “dever cumprido”, e ao contrário da postura dos dirigentes das universidades, que nada fizeram para defender mais recursos para a manutenção e desenvolvimento dessas instituições, fica também a

LDO recebe destaque na mídia... mas só após a invasão

Foi preciso que os estudantes invadissem o plenário da Assembleia Legislativa para que os meios de comunicação se lembrassem de que a LDO estadual de 2005 estava sendo votada, e mais, que era objeto de uma intensa mobilização por mais verbas para o ensino público...

O gesto dos estudantes, que chocou os espíritos conservadores da USP (que no entanto não se sensibilizaram com a intransigência do governo estadual), recebeu destaque, em geral positivo, nas mídias impressa e eletrônica. Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Diário de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* publicaram chamadas com fotografias na primeira página. Na televisão, o episódio foi noticiado pela Cultura, Globo, Record, Rede TV, Bandeirantes e Globonews, quase todas destacando que os estudantes pediam mais verbas para a educação.

“Os estudantes querem mais recursos para as uni-

versidades públicas”, disse o *Jornal da TV* de 13/7 (Rede TV). “O pedido de mais verbas para as universidades não foi atendido pelos deputados. Essa é uma das principais reivindicações de funcionários, professores e alunos da USP, da Unesp e da Unicamp”, registrou o *Jornal da Globo*, levado ao ar na noite do mesmo dia. “Os deputados da oposição consideraram a ação da polícia exagerada e pediram uma análise da fita com as imagens da pancadaria”, informou o *SPTV* (também da TV Globo), na tarde de 14/7.

Alguns veículos, no entanto, deram tratamento tendencioso ao incidente. No *Jornal da Tarde* de 14/7, por exemplo, a chamada de capa acusava os estudantes: “Quebraram cadeiras e atiraram objetos nos parlamentares”. Porém, conforme noticiado no *SPTV*, a polícia declarou que não houve danos ao patrimônio da Assembleia Legislativa.

senção de que “caímos de pé”, o que aumenta a nossa dignidade — pessoal e coletiva — além de aumentar o lastro de autoestima. Foi sem dúvida a vivência de um processo educativo, uma verdadeira lição de política educacional!

A tentativa de desqualificar esse esforço, originária dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, não é surpreendente: continuarão a fazer de tudo para minar a capacidade de luta dos movimentos sociais organizados.



Professores na Comissão de Finanças e Orçamento: pressão

A democracia de Alckmin

A aprovação no dia 13/7, por 49 votos a favor e 34 contrários, da LDO de Geraldo Alekmin, sem qualquer das 11 emendas que aumentavam os repasses para o ensino superior, e sem qualquer justificativa em plenário dos representantes do governador (como os deputados Vanderlei Macris, líder do governo, e Roberto Engler, relator da matéria, ambos do PSDB), foi o coroamento do autoritarismo e do descaso tucanos.

Antes disso, na mesma sessão, quando a maioria governista finalmente obteve o quórum necessário para votar e aprovar o roteiro de votação da LDO proposto por Macris — que selou o destino da votação, afastando a possibilidade da emenda aglutinativa proposta pelo Fórum das Seis e pelos deputados da Oposição — os estudantes, presentes em massa na galeria do Plenário Juscelino Kubitschek, decidiram invadir o plenário.

Iniciou-se um confronto que envolveu estudantes, policiais e assessores parlamentares vestidos de seguranças. A sessão ficou suspensa até que todos os manifestantes fossem contidos. A PM formou uma barreira tanto na galeria quanto no plenário para impedir



Daniel Garcia

Para o Cruesp, o estudante da foto é o agressor...

novas invasões. Desse modo, a sessão foi reaberta e, após votação, foi aprovada a LDO do doutor Alekmin.

Agressões

O Governador reforçou ao máximo os contingentes da Polícia Militar na Assembleia Legislativa (deslocando para lá até guarnições da Zona Leste), impediu a entrada de muita gente e restringiu a circulação nos corredores da casa.

A invasão do plenário pelos estudantes desencadeou uma série de escaramuças nos corredores, e a PM chegou a usar spray de pimenta para dispersar os manifestantes. Em dado momento, os policiais invadiram o gabinete da liderança do PT para prender estudantes que ali se refugiaram. Os funcionários não permitiram que

as prisões se consumassem. Alguns estudantes relataram agressões que sofreram.

Alguns assessores de deputados da base governista comportaram-se como batedores durante a invasão. Rodrigo, assessor do deputado Padre Lobato (PV), mais tarde regozijou-se por haver auxiliado a PM a expulsar os estudantes do plenário. Outros deram “gravatas” em rapazes e moças.

Pelo menos oito estudantes foram detidos pela PM após a invasão do plenário, e depois liberados. Quando a maior parte da LDO já havia sido aprovada, a PM evacuou a galeria do plenário e a rampa principal da Assembleia. Ou seja, colocou na rua os estudantes e o Fórum das Seis. Um fecho de ouro para uma jornada típica da democracia de Alekmin.

O desconto da habitação é inconstitucional!

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional, em 17/09/2002, que o aumento da alíquota de ICMS constante dos artigos 3º a 9º da lei 6.556 de 30/11/89 seja destinado à habitação. Os juízes do STF interpretaram este aumento de alíquota como equivalente a um imposto com destinação específica, o que é inconstitucional.

Muito embora o executivo esteja repassando 25% do montante arrecadado com este aumento de alíquota aos municípios — este ano esta quantia é de R\$ 650,4 milhões —, a parte do aumento de alíquota que corresponde ao Estado continua sendo descontada da quota-parte do ICMS antes de calcular os 9,57% destinados às universidades estaduais.

Tendo em conta que este volume de recursos é de R\$ 487,8 milhões (conforme pode ser depreendido da própria planilha do Cruesp), constatamos uma perda de receita global para as universidades de 1,57%. Está claro que este montante, se incluído na receita das universidades, diminuiria ainda mais o comprometimento do orçamento fiscal

da USP, Unesp e Unicamp com salários.

Seria interessante saber por que as reitorias das universidades estaduais não tomaram as medidas administrativas ou judiciais cabíveis para reaver este dinheiro. Será que não sabiam da decisão do STF? De todo modo, o Fórum das Seis, que ao contrário do que é propalado pelo Cruesp é,

há muito tempo, uma das forças vivas que lutam em defesa da educação pública e gratuita em São Paulo, estuda as providências adequadas para transformar a deliberação do STF em mais verbas para as universidades estaduais.

Será que, ao contrário do que aconteceu na LDO, desta vez as reitorias irão colaborar?

Ato pela reabertura de negociações, contra punições e contra a presença da polícia nos campi

Quarta-feira, 21/7, às 12 horas, no gramado da Reitoria da USP

Fórum oficial ao Cruesp e pede negociação

Reunido em Campinas no dia 16/7, o Fórum das Seis enviou ao reitor Brito Cruz, presidente do Cruesp, o ofício 020/04, em que critica a “tergiversação contra-factual”. A seguir, a íntegra do documento:

“Senhor Presidente, Reiterando os termos do ofício nº 18/04 de 13/7, o Fórum das Seis, reunido em Campinas no dia 16/7, pondera, mais uma vez, que o caminho das punições e da ação policial é inaceitável para o encaminhamento das justas reivindicações salariais dos docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp.

Reiteramos também que, face à evolução do ICMS de São Paulo, a solução real não está na tergiversação contra-factual, e sim na reabertura imediata de negociações, com a discussão de um reajuste digno na data-base de 2004.

Atenciosamente,
Prof. Milton do Prado Junior”

Reitoria reúne diretores e ameaça corte de ponto

O reitor Adolpho Melfi reuniu-se, em 14/7, com os diretores de unidades, aos quais comunicou que a Reitoria solicitou reintegração de posse à justiça e que passará a cortar o ponto dos funcionários em greve — procedimento eufemisticamente chamado de “controle de frequência”.

“O Reitor anunciou que isso seria praticado no âmbito da Administração Geral, e isso passa a ser uma diretriz para as unidades”, declara o professor Istvan Jancsó, diretor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). “Os diretores estão fechados em torno do Reitor”, acrescenta.

Para ele, o “controle de frequência” faz parte do que chama de “busca da restauração de condições objetivos de negociação”, pois o bloqueio da Reitoria estaria gerando “dificuldades operacionais graves”.

Outra versão

“O professor Melfi iniciou

comunicando a decisão da Reitoria de proceder ao controle de frequência dos funcionários dos órgãos centrais. Portanto, em nenhum momento disse que as unidades deveriam fazê-lo igualmente”, afirma a professora Selma Pimenta, diretora da Faculdade de Educação (FE).

Ela destaca o fato de que, ao final da reunião, o próprio Reitor mencionou que “a Universidade de São Paulo é uma federação”, isto é, subentende-se que caberia a cada unidade decidir se adota ou não o corte de ponto.

Congregações

Espera-se que, ao invés de punir com o corte de ponto os funcionários que aderiram ao movimento, os diretores levem em conta a posição de solidariedade à greve (ou de apoio às reivindicações do movimento) tomada por várias Congregações, a saber:

IME; IGe; ICB; IP; FD; FE; FSP; FM; FMRP; EERP; FFCLRP.

Nota à imprensa sobre a reintegração de posse da Reitoria

A Diretoria da Adusp enviou nota à imprensa, na sexta-feira, 16/7, advertindo sobre o risco de um confronto desnecessário na segunda-feira, 19/7, caso a Reitoria insista na reintegração de posse com força policial, obtida por decisão judicial. Foi enviada aos meios de comunicação a seguinte nota:

“A Reitoria da USP acaba de divulgar à comunidade informe de que o Poder Judiciário Estadual deferiu o pedido de reintegração de posse das unidades da Administração Central, incluindo o prédio da Reitoria, em despacho que solicita o concurso de força policial para que a ordem judicial seja cumprida.

Se executada, essa medida pode gerar um confronto desnecessário e inusitado no interior de uma universidade pública, durante a vigência do

regime democrático e das prerrogativas de autonomia universitária, não vivenciado sequer durante o período da ditadura.

A crise que vivem as universidades em greve requer negociação e não confronto. Essa negociação é possível e necessária.

A Adusp conclama todos os setores e personalidades da comunidade universitária, da sociedade paulista e brasileira, comprometidos com a democracia a somarem esforços no sentido de sensibilizar a administração da universidade quanto à inadequação desta ação e a estarem presentes na Reitoria da USP na segunda-feira (19/7) pela manhã, no sentido de evitarem essa inaceitável intervenção.

São Paulo, 16 de julho de 2004
Diretoria da Adusp”